

ALCA E MERCOSUL,

PROBLEMAS- CHAVE DA POLÍTICA EXTERNA

Lia Vasconcelos
Jornalista

Próximo presidente terá o compromisso de diversificar as parcerias comerciais do país, fortalecendo o Mercosul, e defender os interesses nacionais frente à Área de Livre Comércio das Américas, cuja implantação tende a quebrar pequenas e médias empresas e gerar desemprego

Qualquer que seja o futuro inquilino do Alvorada, as diretrizes de sua política externa já parecem traçadas. Essa é a opinião de três professores especializados em Relações Internacionais. Segundo eles, o próximo presidente terá não só o compromisso de diversificar as parcerias comerciais do país e fortalecer o Mercosul, mas também o de defender os interesses nacionais frente à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

“A política externa brasileira hoje é decorrente daquela praticada nos anos 60. Há uma linha de continuidade apontando para uma política que se baseia nos interesses nacionais e, portanto, é autônoma e evita alianças automáticas, diversificando suas relações externas, o que imprime a ela um caráter universal”, afirma Henrique Altemani de Oliveira, professor do Departamento de Política da PUC-SP e coordenador adjunto do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais (Nupri).

Persistiria a idéia, na política externa brasileira, de ampliar a capacidade do Mercosul no sentido de retomar sua perspectiva política. “No começo das conversas em torno do Mercosul, o bloco tinha uma perspectiva política que foi ficando em segundo plano em função das questões comerciais. Hoje o Mercosul está voltando a ser encarado como um instrumento de poder político, como uma etapa inicial do desenvolvimento de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alca), idéia lançada durante o governo Itamar Franco”, lembra o pesquisador do Nupri.

O Mercosul está hoje em “estado de choque” e em compasso de espera por causa da crise argentina. Apesar de dificuldades internas, o bloco como projeto político e acordos comerciais não só vem resistindo, na opinião do professor Altemani Oliveira, como deve ser reforçado, uma vez que amplia o papel dos membros na sua inserção internacional. “É preciso mais estabilidade e, para isso, a Argentina precisa se reequilibrar”, completa o professor.

Leonel Itaussu, professor do Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP, considera que o fortalecimento do Mercosul depende da intensificação das relações comerciais intra-bloco. “Tarifa externa única e instituições supranacionais são fundamentais para o reforço do bloco”, diz. Muito além disso, entretanto, o professor Itaussu acredita que a longo prazo o Mercosul tem condições de passar da união aduaneira que é hoje para um mercado comum, transformando-se em uma confederação platina e, no futuro, em confederação sul-americana. “É um raciocínio para os próximos 25, 30 anos. Temos que pensar alto, longe e grande”.

Para o professor Itaussu, a política externa brasileira também deve se pautar pela idéia de construção de uma aliança transatlântica de livre comércio — cujos vértices seriam o Nafta (Acordo de Livre Comércio na América do Norte), a União Européia e o Mercosul — e pela luta pela defesa e expansão do regime democrático, valorização dos direitos humanos e do princípio da autodeterminação dos povos, defesa e preservação dos recursos ambientais do planeta. “Muito importante tam-

bém é que o Brasil diversifique seus laços comerciais”.

“O Brasil não pode concentrar o comércio exterior, é preciso diversificar. E os parceiros mais adequados para o país são a União Européia, a China, Índia, Rússia, Europa Oriental e países de origem árabe em geral. No plano regional, o Brasil ainda precisa desenvolver o Mercosul e a Alca”, diz Alexandre Ratner Rochman, coordenador do curso de Relações Internacionais da Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais. Na sua opinião, falta ao Mercosul a coesão necessária para se desenvolver de forma ampla. “Porque, em primeiro lugar, o bloco é intergovernamental e não supranacional e, em segundo lugar, porque ainda há muita instabilidade e flutuação tanto política como econômica nos países que fazem parte do bloco”.

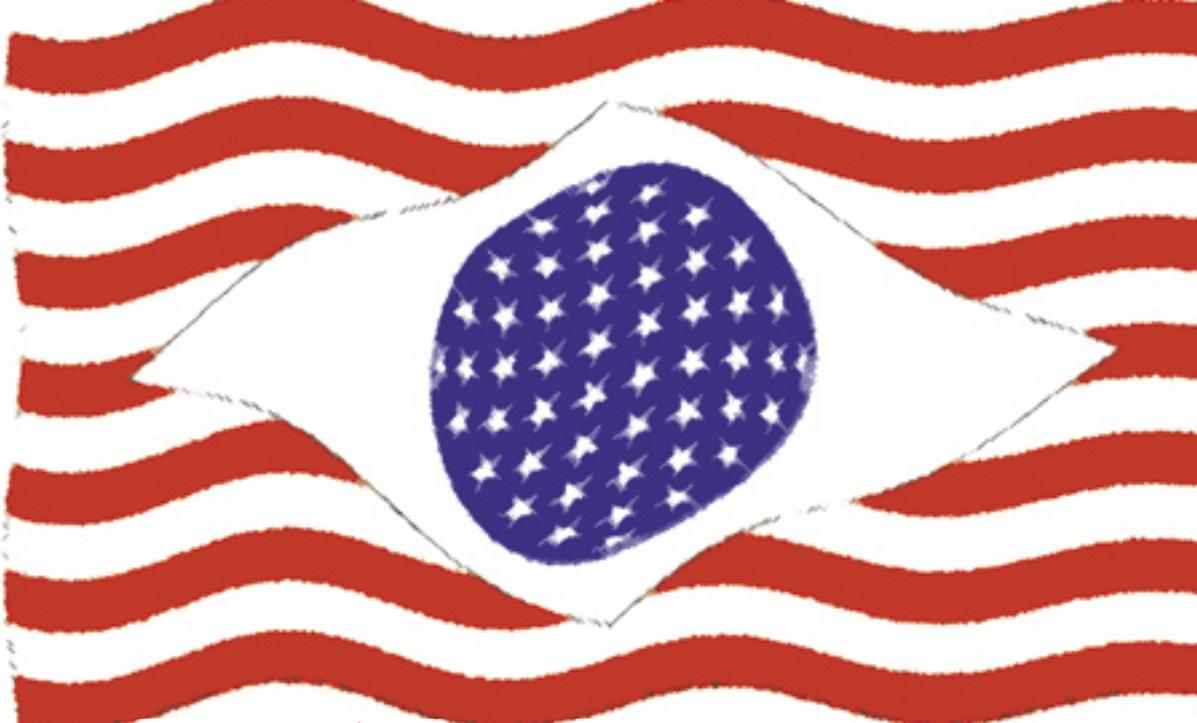
Além do Mercosul, outro ponto crucial que o próximo presidente terá de enfrentar será a Alca. Está marcada para janeiro de 2003 a troca de propostas para redução de barreiras comerciais, e cautela parece ser a palavra de ordem nas negociações. Durante a última reunião, por exemplo, os brasileiros tiveram o cuidado de alertar os representantes dos outros países de que a delegação brasileira não poderia assumir qualquer compromisso em termos de oferta de negociação, por estar em plena transição de governo. A partir de novembro a presidência das negociações na Alca passa a ser dos Estados Unidos e do Brasil, conjuntamente.

“A posição do Brasil em relação aos Estados Unidos não deve ser nem de confrontação, nem de

submissão. A política brasileira deve ser de acomodação. Por isso é importante fortalecer o Mercosul. Para que o Brasil possa negociar a Alca de forma realista. Do jeito que está sendo proposta, a Alca não atende aos interesses do Brasil, pois representa perigo de sucateamento de todo o parque industrial brasileiro fazendo com que o país se transforme numa Argentina, que voltou a ser uma economia agro-exportadora como era no final do século 19”, afirma o professor Itaussu.

Para o professor Rochman, a Alca não é um processo inexorável. “Os Estados Unidos querem os mercados abertos de acordo com seu interesse e não um bloco supranacional como a União Européia — e será papel do Brasil resistir. Os candidatos tendem a valorizar o Mercosul em detrimento da Alca, já que aquele representa a possibilidade de alavancar o Brasil economicamente”. Para ele, a Alca pode fazer com que alguns setores nacionais que têm competitividade, como calçados e aviação, ganhem mercado externo, mas todos os demais sofreriam uma concorrência desleal, abrupta e destrutiva. “A tendência seria a quebra de muitas pequenas e médias empresas, o que geraria um forte desemprego”.

As posições dos negociadores brasileiros já incluem muitas das restrições levantadas pelos candidatos à Presidência contra as exigências dos



*“Alca
não atende aos interesses
do Brasil: representa perigo
de sucateamento do parque
industrial brasileiro”, diz o
professor Itaussu*

negociadores dos Estados Unidos. Os diplomatas brasileiros, representados na mesa da Alca pelos negociadores do Mercosul, resistem a compromissos de rápida redução de tarifas para bens industrializados, exigem redução dos subsídios norte-americanos à produção agrícola, não aceitam a proteção a investimentos privados que o representante comercial da Casa Branca quer incluir no acordo e resistem às propostas dos Estados Unidos para a abertura no setor de serviços.

Qualquer que seja o candidato, o discurso sobre a Alca é semelhante:

o Brasil não a aceitará se persistirem as condições impostas pelo Congresso norte-americano, que se recusa a discutir a legislação interna anti-dumping, não aceita reduzir barreiras em produtos como aço, suco de laranja e açúcar e insiste em manter subsídios à agricultura.

“A tendência é que os quatro candidatos sejam mais realistas do que liberais nas relações internacionais de modo geral. Não deve haver rupturas de base na política externa brasileira, especialmente no que diz respeito ao Mercosul e à Alca”, afirma o professor Rochman. Segundo ele, até a década de 90 a política externa brasileira seguia um paradigma liberal. “Isso até quando as expectativas brasileiras foram frustradas com a abertura comercial ampla e súbita, assim como com as ações de desregulamentação e desestatização que não geraram os benefícios esperados. A partir desse momento, o Brasil passou a adotar posições mais realistas na política internacional no sentido de defender os interesses nacionais, e assim deve continuar”.